



## **O MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR: SABERES CONSTRUÍDOS NAS LUTAS DE EMANCIPAÇÃO.**

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: RJ, Vozes, 2017.

Eduardo Guilherme Barros Pereira<sup>1</sup>

Kaliny Custódio do Carmo<sup>2</sup>

Maycon David de Souza Pereira<sup>3</sup>

Salomão Silva Moura<sup>4</sup>

Nilma Lino Gomes é pedagoga/UFMG, mestra em Educação/UFMG, doutora em Antropologia Social/USP e pós-doutora em Sociologia/Universidade de Coimbra e em Educação pela UFSCAR. Professora Titular da Faculdade de Educação da UFMG, integra o corpo docente da pós-graduação em Educação Conhecimento e Inclusão Social -FAE/UFMG. Foi Coordenadora Geral do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Ações Afirmativas na UFMG (2002 a 2013) e, atualmente, faz parte da equipe de pesquisadores desse Programa. Integrou a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (gestão 2010 a 2014). Foi reitora Pró-Tempore da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB (2013-2014), sendo a primeira mulher negra a ser reitora de uma universidade pública brasileira. Foi Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial -SEPPIR - (2015) e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (2015-2016) do governo da presidenta legitimamente eleita, Dilma Rousseff. É membro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Tem interesse nas seguintes áreas de investigação: diversidade, cultura e educação, relações étnico-raciais e educação,

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Bacharelado em Engenharia Florestal na Universidade Federal do Acre. Pesquisador no Observatório de Discriminação Racial do Estado do Acre – ODR/AC. E-mail: [pereira.eduardo05@outlook.com](mailto:pereira.eduardo05@outlook.com).

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Bacharelado em História na Universidade Federal do Acre. Pesquisadora no Observatório de Discriminação Racial do Estado do Acre. E-mail: [kalinycustodio@gmail.com](mailto:kalinycustodio@gmail.com).

<sup>3</sup> Acadêmico do curso de Licenciatura em História na Universidade Federal do Acre. Pesquisador no Observatório de Discriminação Racial do Estado do Acre – ODR/AC. E-mail: [maycondavidsouza@gmail.com](mailto:maycondavidsouza@gmail.com).

<sup>4</sup> Acadêmico do Curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Acre. Pesquisador no Observatório de Discriminação Racial do Estado do Acre. E-mail: [salomao.s.moura@gmail.com](mailto:salomao.s.moura@gmail.com).



formação de professores e diversidade étnico-racial, políticas educacionais, desigualdades sociais e raciais, movimentos sociais e educação, com ênfase especial na atuação do movimento negro brasileiro<sup>5</sup>.

A obra é resultado do estudo teórico do segundo pós-doutorado em Educação da autora, foi elaborada através de estudos realizados em seu primeiro pós-doutorado, bem como as atividades realizadas como bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq e fruto de suas apresentações em eventos acadêmicos. O livro “O Movimento Negro Educador” traz uma contextualização histórica sobre como o movimento negro foi e é importante para o processo educacional, além dos atos políticos que estão enraizados na sua luta histórica.

O objetivo do livro é tratar a construção dos saberes pelo Movimento Negro por meio de suas lutas por uma emancipação de seus conhecimentos e produções dos quais estão alinhados diversos setores da sociedade, a uma historicidade em comum, que moldam a sociedade e se fundamentam em suas práticas políticas e educacionais. Nilma Lino Gomes vê a necessidade de trabalhar o Movimento Negro com profundidade, para que exista uma compreensão de sua importância e seu papel social aliado a educação.

A problemática da obra, envolve como o Movimento Negro tem lutado e se constituído para a emancipação dos saberes e quais desafios tem enfrentado. Nota-se a importância da problemática abordada por seu um tema que está em evidencia na atualidade, pois a autora aborda questões culturais, educacionais, políticas e sociais, que são de interesses coletivos. A obra está organizada em sete capítulos.

A autora apresenta uma metodologia que pode-se considerar criativa quando aborda o Movimento Negro como agente educador, tendo em vista a forma como organiza suas ideias em sua obra, ao desenvolver a pesquisa utilizando-se de várias referências para embasar seus argumentos, como também seus próprios trabalhos anteriores e suas vivencias como pesquisadora e mulher negra, que tem grande importância e credibilidade para a compreensão sobre a temática.

Na introdução de seu livro, Nilma Lino já começa afirmando que o Movimento Negro é um educador. Nas linhas que se seguem a autora deixa bem claro a tese principal que norteará esta obra, sendo o Movimento Negro como educador, que produz saberes que emancipam e articulam estudos acerca da questão racial no Brasil. Nos diz ainda que este movimento trouxe muitas alterações sobre questões que até então não tinham tanta

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/3975145/nilma-lino-gomes>



visibilidade na sociedade como o racismo, discriminação racial, juventude negra, africanidades e assuntos relacionados a população negra.

No primeiro capítulo da obra intitulado “*O movimento Negro brasileiro como ator político*”, a autora inicia trazendo-nos a importância de inserção dos debates sobre as questões raciais no cenário político brasileiro, para indagar como as políticas públicas têm sido implementadas e se tem abrangido a população negra no Brasil. A autora mostra a importância do Movimento Negro para dar visibilidade aos sujeitos que antes eram inferiorizados na sociedade, retirando-os dessa suposta “inferioridade” que é propagada pelo racismo e dando-lhes um status de empoderamento.

A seguir, Gomes trás o conceito de Movimento Negro por (DOMINGUES, 2007) para ele o Movimento Negro é considerado como uma identidade étnico-racial, onde a raça é o fator que determina a organização dos negros, em seguida traz também o conceito de Movimento Negro por Santos (1994), onde apresenta de forma de mais abrangente, dizendo que este movimento tem como características mobilizações políticas, educacionais, culturais e religiosas com participações de diversas organizações com naturezas distintas. A autora dialoga com esses dois teóricos e logo, traz o conceito constituído por ela própria onde diz que o Movimento Negro entende-se como a junção de diversas organizações ou pessoas que lutam contra o racismo e que tem como objetivo superar esse terrível fato dentro da sociedade.

Conforme o texto segue, Nilma Lino Gomes explica que a educação é o campo principal o qual tratará seu livro, por ser um direito social conquistado de forma árdua, principalmente para os negros e negras brasileiros. Ainda no primeiro capítulo, está inserido o tópico *Movimento Negro, ação política e educação*, onde é feito um recorte temporal a partir do século XX, que segundo a própria autora foi um momento de mudanças expressivas na vida da população negra no Brasil, onde menciona acontecimentos históricos como a abolição da escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889. Fala de como a atuação do Movimento Negro, assim como a de outros movimentos sociais, teve papel social de agir politicamente, dar voz a pautas que antes não eram ouvidas, papel de ressignificar e politizar conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social a qual se insere, e principalmente, a resistência desses indivíduos.

A exemplo disto, a autora fala sobre a imprensa negra paulistana, o papel fundamental da Frente Negra Brasileira (FNB), do Teatro Experimental Negro (TEN), da criação da Lei



10.639/2003 onde torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, das ações do Movimento Negro Unificado (MNU), do debate sobre a modalidade de cotas, da importância da “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida” realizada em 1995, da criação da Secretaria de Políticas Promoção da Igualdade Racial (Seppir) em 2003 entre outros acontecimentos mostrados no texto. É importante falar das mudanças que atingiram o âmbito acadêmico, como a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) responsável pelo Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE), além de citar outras tantas conquistas no decorrer das linhas de seu livro que foram possíveis graças à atuação do Movimento Negro no corpo social brasileiro.

No segundo capítulo, que tem como título “*Pedagogias que emergem*”, Gomes fala sobre os diferentes graus de visibilidade dos movimentos sociais no Brasil, tanto no âmbito político como no acadêmico. A autora nos diz que alguns movimentos acabam tomando mais “importância” que outros, elegendo assim, aqueles que tomam maior posição de destaque, e esse processo acaba por deixar mais ausente a produção científica sobre esses movimentos que são, podemos dizer, “deixados de lado”. Para isso, utilizou-se o estudo da “sociologia das ausências e das emergências” que foi inspirado pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2004). A partir dos estudos de Boaventura, Nilma Lino Gomes desenvolve o método teórico-epistemológico que o denomina como *pedagogia das ausências e emergências*, segundo ela esta metodologia tem como objetivo “fazer emergir o protagonismo do Movimento Negro na relação educação e movimentos sociais” (pág. 42), sendo o Movimento Negro um elo de ligação entre a população negra, o meio social, o meio educacional e cultural, e agindo por diversas vezes como organizador e sistematizador dos saberes produzidos por esses sujeitos, destacando como aos estudos de Boaventura de Sousa Santos poderão ser aplicados na reflexão que sugere. A autora reitera a dificuldade de como os projetos, currículos e políticas educacionais tem de reconhecer esses saberes, não só do movimento negro, mas também dos grupos sociais não hegemônicos. Por fim, a autora afirma que o Movimento Negro nos campos educacionais e sociais serve como um agente produtor de saberes emancipatórios.

Ao iniciar o terceiro capítulo, que tem por nome “*O Movimento Negro e os saberes*”, a autora destaca que é possível compreender o Movimento Negro contemporâneo como novo sujeito coletivo e político, onde este emergiu no cenário brasileiro de uma maneira mais orgânica a partir dos anos 1970, como uma coletividade elaborando identidades e organizando práticas de defesas dos seus interesses, expressando vontades e constituindo identidades, e



enquanto sujeitos políticos produzindo discursos reordenando emancipação, de forma que nomeiam e articulam suas aspirações, o que vai possibilitar aos indivíduos reconhecer novos significados.

A autora cita Marcos Cardoso (2002) para embasar sua argumentação, onde afirma que a história registra uma profunda diferença entre o Movimento Negro e os demais movimentos, pois o cotidiano da população negra é determinado pela estrutura do racismo no Brasil, onde busca na história compreender a realidade dos negros brasileiros, assim surgindo à necessidade de negar a história oficial e contribuir para a (re)construção de outra interpretação da história da população negra brasileira.

Em seguida Nilma Lino Gomes traz a reflexão de Wilson Nascimento e Joel Rufino dos Santos (1994) afirmando que o Movimento Negro é fruto de uma “negativa histórica”, é a busca de um outro si mesmo, concordando com Cardoso (2002) enfatiza que o Movimento Negro e sua emergência para a cena política social brasileira significam um contraponto com a realidade racial vivida no Brasil, porém nem sempre essa ideia é considerada, principalmente pela escola, que é onde a reflexão crítica e social da realidade brasileira deveria ser um dos principais aspectos dos currículos. Essa omissão de uma interpretação crítica a respeito da realidade racial brasileira tem fomentado o Movimento Negro a exigir da escola uma pedagogia que tenha o objetivo de reconhecer a diversidade étnico-racial, e em virtude da política educacional brasileira não responder de maneira efetiva tem motivado o movimento a construir projetos educativos de valorização da cultura, da história e dos saberes construídos pela comunidade negra. Fazendo menção a obra de Boaventura de Sousa Santos (1996), reitera que estes projetos são emancipatórios, o que é entendido como transformação social e cultural.

Nesse capítulo Nilma busca destacar algumas reivindicações do Movimento Negro no Brasil por educação, ressaltando que a partir do terceiro milênio a luta do Movimento Negro apresenta uma mudança na sua relação com a sociedade, destacando-se pela atuação na esfera jurídica, política, social e econômica, onde tem a estratégia de ações voltadas para a implementação de políticas sociais de igualdade racial.

A autora ressalta que o Brasil construiu de maneira histórica um racismo insidioso, onde se afirma por meio de sua negação, que está enraizado na estrutura da sociedade apresentando uma característica de invisibilidade, baseando-se no mito da democracia racial onde a igualdade de raças é destacada, portanto é uma falsa igualdade, pois essa democracia



racial trata de uma diferença homogeneizada e inferiorizante, enraizando e naturalizando a subalternização das diferenças dos grupos étnico-raciais.

No tópico três intitulado **“Movimento Negro e educação”** a autora relata que é comum a ideia de que educadores que usam uma teoria crítica educacional afirmam que os movimentos sociais educam e reeducam a sociedade, o Estado e a escola. Assim trazendo a reflexão de Arroyo (2003), onde ressalta que os movimentos sociais recolocam a ética nas dimensões radicais das relações humanas, refletindo questões sociais e promovendo uma maior consciência de classe. Enfatiza que quando os saberes produzidos pelo Movimento Negro são desconsiderados pela teoria educacional possibilita o desperdício da experiência do movimento, pois existe uma tensa relação entre o conhecimento científico e as outras formas de conhecer. Dessa forma Nilma concorda com Boaventura de Sousa Santos (2010), onde afirma que é necessária uma mudança radical no campo do conhecimento, não somente na teoria educacional e na escola, mas construindo uma pedagogia das ausências e das emergências, produzindo epistemologias do Sul, que é o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão das muitas formas de saberes dos povos e nações colonizados, o que leva uma radicalidade que avança na compreensão do pensamento pedagógico como um permanente confronto entre paradigmas de educação, de conhecimento de valores e do humano, e podem-se encontrar esses mesmos elementos produzidos e sistematizados pelo movimento negro.

O quarto capítulo é intitulado **“Tensão regulação-emancipação, produção de conhecimentos e saberes”**, este capítulo divide-se em cinco tópicos, a autora inicia citando Santos (2002) onde afirma que a ciência moderna assume o papel epistemológico de ser a única forma de conhecimento válido, porém existe a ideia de que é possível outro mundo de conhecimentos e práticas para tentar a criação de uma nova razoabilidade, novos argumentos para uma produção de conhecimento prudente. No contexto da modernidade ocidental, ainda de acordo com Santos (2002, 2004), a autora enfatiza que este possibilitou o surgimento de dois pilares de tensão dialética, a regulação social e a emancipação social. Onde a regulação social forma-se de três princípios: do Estado, do mercado e da comunidade, e a emancipação social baseando-se em três racionalidades: científico-instrumental, moral prática e estético-expressiva, porém este modelo de emancipação social está em crise. Ainda levanto em consideração a modernidade ocidental existe uma tensão entre regulação e emancipação, onde



compreende duas formas de conhecimento: conhecimento-emancipação e o conhecimento-regulação.

A autora esclarece que o conhecimento-regulação é aquele ligado à ciência moderna, ligado a ideia de que o cientista se afasta do mundo para escrever sobre ele, assim não existindo lugar para conhecimentos fora do cânone. Enquanto no conhecimento-emancipação o ato de conhecer está relacionado ao saber e ao sábio, onde a teoria e a experiência na prática são formas diferentes de viver e de sistematizar esse conhecimento de mundo, existe uma visão mais crítica com relação aos motivos políticos, ideológicos e de poder por meio da relação entre saber e conhecimento. O conhecimento-emancipação não está fora da modernidade e sim foi marginalizado pela ciência moderna, pois nele pode-se ampliar e questionar predominância do conhecimento científico. No conhecimento-emancipação o conhecimento científico é interpretado como uma forma de saber, onde é contextualizado historicamente. Este conhecimento não tem o objetivo tornar-se totalidade, é cheio de nuances, riscos, conceitos provisórios que segue de acordo com as dinâmicas sociais e políticas da sociedade, é intensamente vinculado às práticas sociais, culturais e políticas.

Gomes traz a afirmativa de que estas duas formas de conhecimento se encontram em uma tensão dialética, e torna-se necessário encontrar alternativas nesse processo, onde a alternativa é reavaliar o conhecimento-emancipação e atribuir predominância com relação ao conhecimento-regulação. Neste momento a autora nos traz uma reflexão a respeito de conhecimento e saber, expondo que no campo da educação existe uma necessidade de uma discussão mais radical sobre a relação entre eles, criticando esta distinção entre conhecimento e saber, alegando que por mais bem intencionada que esteja, existe uma hierarquização entre estes, e esta separação é o resultado de uma interpretação feita pela ciência moderna.

São realizadas afirmações com relação aos saberes produzido pelo Movimento Negro, saberes estes que se diferem do conhecimento científico, porém não podem ser considerados como “menos saber” ou “saberes residuais”, pois tratam de uma produção de racionalidade marcada pela vivência da raça numa sociedade racializada desde o início da sua conformação social, produzindo intervenção social, cultural e política de forma intencional e direcionadas a negros e negras ao longo da história, não se tratando de ações intuitivas, mas de criação, recriação, produção e potência. Nesse tópico a autora trata dos saberes produzido pelos negros no Brasil, que deveriam fazer parte da educação escolar, dos projetos educativos não escolares e do campo de conhecimento de maneira geral, a autora discorre sobre os *saberes identitários*,



*os políticos* e *os estético-corpóreos*, separando estes para uma maior compreensão por parte do leitor, porém em sua realidade social, cultural, econômica e política eles se constroem de forma articulada.

A autora esclarece que os três tipos de saberes são discutidos de maneira interligada apesar de suas especificidades, porém aborda de maneira enfática os saberes estético-corpóreos, pois acredita que o olhar sobre a corporeidade negra ajuda a encontrar outros elementos para uma maior compreensão da identidade negra e das novas dimensões políticas e epistemológicas a respeito das questões raciais. Ressalta ainda que estes saberes podem ser mais facilmente transformados em não existência no contexto do racismo no Brasil, pois a ignorância com relação à corporeidade negra foi construída ainda no contexto do Brasil colonial e imperial e permanece atualmente por meio do racismo e da desigualdade racial. Nilma traz para o campo da discussão a reação e a resistência do corpo negro no contexto do racismo, defendendo que estes produzem saberes.

A autora inicia o capítulo cinco ***“Corporiedade negra e tensão regulação-emancipação social: corpo negro regulado e corpo negro emancipado”*** destacando uma afirmativa de Benhaibib, e Butleir, 2006, onde destaca que o corpo entra na teoria sociológica e antropológica de várias maneiras, mas merece destacar a forma como ele foi introduzido pelos estudos feministas e pós-estruturalistas. São as feministas que reintroduzem a discussão crítica sobre o corpo na produção teórica dos últimos anos. É destacando segundo a escritora que dentre os estudos que focalizam o corpo e em articulação com discussão sobre o Movimento Negro e projetos educativos emancipatórios enfatizou o corpo negro. Onde ele nos pode falar de processos emancipatórios e libertadores, assim como reguladores e opressores.

Gomes, evidencia que as representações em torno do cabelo crespo têm sido um dos elementos centrais das análises e intervenções da juventude negra e vêm se tornando cada vez mais tema de reflexão científica. Para ela, seja para falar de dicas de beleza, seja para politizar a sua relação com o mundo, o corpo negro vem ganhando destaque, sobretudo a partir da segunda década dos anos de 2000.

É destacado que o corpo negro não se separa do sujeito. A discussão sobre a regulação e emancipação do corpo negro diz respeito a processos, vivências e saberes produzidos coletivamente. A autora destaca que existe um entendimento de que assim como “somos um corpo no mundo”. A identidade se constrói de forma coletiva, por mais que se anuncie





individual. Evidencia também que no Brasil o corpo negro ganha visibilidade social na tensão entre adaptar-se, revoltar-se ou superar o pensamento racista que toma por erótico, exótico e violento. Segundo ela, a superação do racismo se dá pela publicização da questão racial como um direito. Onde a denuncia do racismo, a sua inserção como um crime inafiançável e imprescritível sujeito à pena de reclusão garantida na Constituição de 1988, a presença dos negros e negras na mídia, no mercado de trabalho e nas universidades fazem parte desse cenário de lutas.

O capítulo seis intitulado “*Tensão dialética e crise do pilar regulação-emancipação socioracial no campo das relações raciais e educação*” demonstra a explicitação da política estética. Onde é relatado que exotismo e politização, visibilidade e ausências, apropriação cultural, possibilidades de emancipação social e reprodução de estereótipos via a corporeidade, fazem-se presentes como tensões, relações e práticas sociais. Onde no Brasil, a leitura sobre o negro, sua história e cultura ainda têm sido reguladas pela sociedade mais ampla via racismo ambíguo e mito da democracia racial. Para a autora a educação escolar tem sido um dos principais meios de socialização de discursos reguladores sobre o corpo negro e a mudança nesse estado de coisas tem sido fruto da luta do Movimento Negro. Ela leva em consideração que a educação escolar no Brasil, sobretudo a pública, que ainda funciona como forma de mobilidade social para alguns setores sociais e grupos étnicos-raciais, propôs que neste capítulo será interpretado algumas formas de regulação e de emancipação do corpo negro, dando destaque a educação.

Segundo a autora, existem dois tipos de corpos que os processos de regulação-emancipação criam, o corpo regulado e o corpo emancipado. O corpo regulado, afirma a escritora é dividido em o dominante (o corpo escravizado; corpo estereotipado; corpo objeto) e a dominada (o corpo cooptado pelo dominado como, p. ex., a industrialização do corpo negro serviço do comércio capitalista, falsamente autonomizado pelo mercado; o corpo como mercadoria). O corpo regulado é também um corpo estereotipado por um conjunto de representações que sustentam os ideais de beleza corporal branca, euro centrada e, no limite, miscigenada em contraposição a pele preta. Agora o em relação ao corpo emancipado ela destaca que os corpos negros se distinguem e se afirmam no espaço público sem cair na exotização ou na folclorização. Segundo a autora a regulação e emancipação do corpo negro são processos tensos e dialéticos que se articulam, sempre com contornos diferentes, isso de acordo com os contextos históricos e políticos dos quais participam.



Relacionado a regulação-emancipação do corpo negro, a autora descreve que durante séculos a corporeidade negra viveu sob um intenso processo de regulação marcado pelo processo de colonização, pelo tráfico negreiros e pela escravidão. O processo de regulação do corpo negro se deu e ainda se dá de maneira tensa e dialética com a luta pela emancipação social empreendida pelo negro enquanto sujeito. Esta tem no corpo negro o seu principal ícone político e identitário. Para Nilma o entendimento de que o corpo negro pode ser entendido como existência material e simbólica da negra e do negro em nossa sociedade e como corpo político. Assim para a autora é esse entendimento sobre o corpo que nos possibilita dizer que a relação da negra e do negro com a sua corporeidade produz saberes.

Também, destaca a escritora que no Brasil, esses saberes emancipatórios da comunidade negra carregam consigo uma pesada carga de regulação, pois são construídos no contexto de uma sociedade regulada não só pelo capitalismo, mas também pelo racismo e pelo machismo. Ela evidencia que a ideologia da raça biológica opera com o mito da democracia racial que se nutre entre outras coisas, do potencial da miscigenação brasileira. E assim ela destaca que é aqui onde entra o papel político do Movimento Negro. Ele é o sujeito central capaz de transformar em emancipação aquilo que o racismo construiu como regulação conservadora.

Para Gomes, a tensão regulação-emancipação sociorracial do corpo negro expressa a mesma crise apontada por Santos (2003). O corpo emancipado, que antes era o outro da regulação (a alternativa), pode-se tornar, em várias situações, o duplo desta (outra forma de regulação). Por isso, precisamos construir uma nova forma de emancipação sociorracial do corpo. É nesse contexto que o Movimento Negro ocupa lugar central, participando como sujeito político que apresenta alternativas a esse processo de tensão, na tentativa de recodificar a emancipação sociorracial nos seus próprios moldes e não nos parâmetros da regulação. Nilma deixa claro que para a mesma a alternativa que traz o Movimento como principal agente na luta pelos direitos igualitários ao negro é dividida em dois aspectos: a) quando ao movimento destaca que a trajetória do negro no Brasil produz saberes, dentre eles, os políticos, identitários e estético-corpóreos; b) quando esse assume mesmo movimento socializa e destaca a presença do negro na história e atribui um significado político (e não exótico ou erótico) à corporeidade negra.

Em relação a tensão dialética e crise do pilar regulação-emancipação sociorracial no campo das relações raciais e educação, Nilma retrata que toma como exemplo três ações



ligadas à questão racial brasileira, nas quais assistiu processos de regulação e emancipação sociorracial e é possível notar como estes são complexos, não lineares e dialéticos. São eles: a abolição da escravatura em 1888, a estética negra e as ações afirmativas. Sobre a abolição, ela destaca que mesmo após a Lei Áurea, a luta pela libertação e emancipação do corpo negro sempre foi uma presença marcante na vida e nas ações dos africanos escravizados e seus descendentes. As lutas, as rebeliões nas senzalas, as lutas nos quilombos, os abortos, os envenenamentos foram respostas fortes das africanas e africanos escravizados ao regime da escravidão. Ela destaca que muitos libertos tiveram que submeter a uma situação de vida análoga à escravidão, isso em relação ao que ocorreu com essas pessoas após a lei que lhes garantiam a liberdade, mas liberdade essa que assentou até hoje os problemas raciais, o descaso com os negros e negras e que não os asseguraram de direitos para a vida deles.

A autora destaca suas ideias de acordo com de Fernandes (1978), e nos mostra que mesmo que a abolição tenha sido um marco muito importante para a emancipação dos negros, das regras e seus corpos, existe uma contrapartida em relação a isso, segundo a autora, se for analisado mais profundamente, pode-se ver que a abolição não representou uma total emancipação. Apesar das pressões nacionais e internacionais, o fato de ter sido um ato realizado pelo Império e por força da lei, atesta por si só o seu caráter regulador. Afirma nitidamente que apesar de a liberdade ter sido atestada juridicamente sobre os corpos negros, a ausência de condições estruturais para a inserção social dos libertos contribuiu para reforçar o imaginário racista a acirrou as desigualdades raciais entre negros e brancos que vivemos até hoje.

Durante o decorrer de sua análise, a escritora destaca que os corpos libertos eram vistos, no imaginário racista como incapazes de aprender e de serem domesticados pelo trabalho livre e assalariado. Fazendo assim que houvesse a necessidade de uma mão de obra teoricamente mais preparada, que seriam os imigrantes europeus. Portanto, nos remete a questão de tensão dialética corpo regulado versus corpo emancipado. No limite, tanto os libertos quanto os imigrantes tiveram os seus corpos cada vez mais regulados pelas relações capitalistas que se complexificaram com o passar dos tempos.

Após essa análise da tensão dialética, é destacado por Gomes, que a partir da queda da ditadura militar nos anos 80 do século XX a comunidade negra organizada começa a perceber, cada vez mais, que para ser considerado um cidadão de direitos o negro deveria reivindicar o reconhecimento de sua história e de sua cultura. Isso significa a articulação entre a demanda



social mais ampla e a especificidade étnico-racial. O Movimento Negro não nega articulação estratégica com os outros setores sociais, mas enfatiza quais são as demandas específicas dos povo negro e chama os outros movimentos de matriz progressiva para somarem a essa luta.

O Movimento Negro começa a lutar mais ativamente pelos direitos do povo negro e faz assim, começarem denúncias contra os crimes preconceituosos aos negros, fazendo com que a forma do dia 13 de maio que estava até então comemorada de forma errada até os anos 70, ensinar à sociedade e às novas gerações uma visão de passividade do negro diante de ‘ação libertadora’ do branco. Destaca-se o papel do Movimento Negro na conquista de diversas coisas ao povo negro, como a inclusão da reinterpretação histórica desse povo nos livros didáticos da educação básica. Também a LDB, Lei 9.394/96, alterada pela Lei 10.639/03, no seu artigo 79B acrescenta que o dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, deverá ser incluso no calendário escolar.

Em relação a estética negra, ela diz respeito à forma como nos relacionamos com eles, por isso ela é a relação entre o sujeito e objeto (DUARTE JR., p. 13-14). No contexto do racismo, a autora destaca que há uma rápida associação entre a beleza e branquidade, fealdade e negritude. A beleza dos corpos passa a ser regulada por padrões estéticos eurocentrados construídos na sociedade brasileira racista.

A autora destaca que mesmo com a hibridização por meio da globalização o problema permeava quando se ligava a televisão, ou uma revista e percebesse que tudo que tem relacionado a boa moda, bons costumes e a beleza do mundo relacionado a crença de que a beleza é branca, o corpo bonito é magro e o cabelo liso é o ‘bom’.

Nilma destaca em relação as ações afirmativas que nunca a universidade, os órgãos governamentais, sobretudo o Ministério da Educação, produziram, debateram e aprenderam tanto sobre as desigualdades raciais como no atual momento da luta pelas ações afirmativas. Temas como diversidade, desigualdade racial e vivências da juventude negra, entre outras, passam a figurar no contexto acadêmico, mas também com a grande dificuldade de serem considerados ‘legítimos’. Segundo Nilma, o Brasil no imaginário construído a respeito dos negros e dos indígenas primou por vê-los de duas formas: em primeiro lugar como vítimas e não como sujeitos e, em segundo lugar, como seres ‘sem cogitos’ e por isso relegados a uma relação quase naturalista com o corpo, que facilitou a construção de imagens exóticas sobre os mesmos. As ações afirmativas e as cotas raciais no Brasil, segundo a autora coloca jovens negros ao lado dos da classe média e da elite branca, podendo assim, agir como um



processo de desconstrução da ideologia racista no Brasil. Mas mesmo assim, a autora enfatiza que a eficácia do Movimento Negro na luta pela presença de jovens negros via cotas raciais na universidade corre o risco de ficar comprometida. Isso poderá acontecer se o movimento não questionar com profundidade a própria universidade pública brasileira enquanto instituição responsável pela produção do conhecimento. É preciso descolonizar os currículos e o conhecimento.

A autora segue com o sétimo capítulo, que tem por título “*Movimentos sociais, Movimentos Negro e subjetividades desestabilizadoras*”, com a ideia de que o movimento negro tem por finalidade uma construção de uma nova visão sobre a escravidão, teorias racistas e colonização, é algo chamado de processos emancipatórios, que é a produção do saber, rompendo com o imaginário racista.

Algo interessante de se analisar nesse capítulo, é a prática de valorizar aquilo que nos uni, ao invés daquilo que nos separa, o que torna a discussão mais completa, quando ao longo do capítulo, a autora comenta sobre o que estaria faltando para o movimento negro e os demais movimentos sociais, tomarem posicionamentos assimétricos, com comunicação e cumplicidade entre si, para enfrentar o que ela chama de racismo, capitalismo e sistema patriarcal, onde a união de diversos atores políticos que lutam pela emancipação social devem estar em consonância.

Mais um ponto em destaque na abordagem no decorrer do capítulo, é sobre o que ela chama de “golpe parlamentar” instaurado pelas forças conservadoras de direita e capitalistas, e como esse contexto configurou alguns grupos de atuação no Brasil. Os fatores de comunicação, cumplicidade e articulação entre os movimentos de emancipação, levam em consideração alguns fatores, como o de estratégia de luta, aglutinação, eficácia política e especificidade histórica de cada movimento, outro fator, é que o campo progressista da sociedade, estabelece hierarquias entre as lutas sociais, pois devido à grande variedade de movimentos, setores hegemônicos na sociedade tendem a temer suas articulações e conquistas.

Citando Santos (2006), aborda que existem três níveis distintos de capacidade de comunicação e cumplicidade, são eles, sendo esses o epistemológico, metodológico e o político, também é exemplificado duas imagens que dialogam com o contexto do capítulo, que mostra a completude dos movimentos, onde estão ligados pelo mesmo eixo, que é o sentimento humano, causado pelo racismo, pelo patriarcado e pelo capitalismo global, pela



discriminação e colonização do poder, do ser e do saber, movimentos esses como o Movimento dos Sem Terra, movimento indígena, movimento LGBT, movimento feminista entre outros, na segunda imagem, Nilma Lino Gomes traz a reflexão de que os movimentos sociais não se confundem entre si, pois cada um tem suas especificidades e sua maneira de se articular, por fim, ela destaca que o movimento negro, tem como foco a educação básica e o ensino superior, porém, ele não se reduz a isso, ele visa promover um processo social, cultural e pedagógico político na reeducação do negro dentro da sociedade.

A autora conclui que existem alguns pontos em destaque que evidenciam o desafio de construir uma pedagogia da diversidade (de raça, gênero, idade e culturas) que seria advento do processo de emancipação e superação sociorracial, a chamada pedagogia da diversidade, sendo considerada a luta contra hegemônica do campo educacional.

Mudanças no ensino superior e na pós-graduação são destacadas, como os projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pelos núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas (NEABI's), além dos pesquisadores e pesquisadoras negros (ABPN), localizados nas universidades brasileiras, essas práticas são vistas como libertárias, por fim, leva-se em consideração as fronteiras que diferenciam os diferentes movimentos sociais, entretanto, elas também podem ser encaradas como pontos de contato, para sua práxis e objetivos.

Nota-se que a autora é bem concisa em suas argumentações, e é objetiva ao tratar as diferentes discussões que aborda durante o livro, sendo didática ao exemplificar os fatos, e quando dialoga com outros autores, além de coerência e precisão, a autora traz profundidade no que tange toda a temática abordada, trazendo concepções históricas e atuais, para formular um raciocínio adequado.

A obra contribui para que possamos ter um conhecimento prévio sobre o Movimento Negro no Brasil, suas lutas e os desafios enfrentados. Além do mais, a autora dialoga com os acontecimentos históricos para compreendermos o atual momento do Movimento Negro Contemporâneo, permitindo obter conhecimentos acerca de outros assuntos, que de forma direta ou indireta estão voltados para a população negra. Ainda exalta a construção de saberes do movimento, por meio de seus estudos, onde exerceram influências em suas principais conquistas na atualidade, e que exige uma emergência de inserir esses conhecimentos no meio acadêmico.

O livro requer conhecimento prévio da temática e sobre alguns conceitos utilizados pela autora para o entendimento, pois em determinados momentos apresenta linguagem que



não abrange todos os públicos, utilizando-se de termos específicos de pesquisadores, que já possuem uma certa afinidade com o que é tratado no livro.

O livro “O Movimento Negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação” é destinado a todos os pesquisadores da temática étnico racial, bem como ativistas do Movimento Negro, simpatizantes da causa, a própria população negra, a docentes e discentes que objetivam entender o histórico do Movimento Negro e sua relevância para a construção de identidades além de sua importância social no contexto educacional. Além dos já citados acima, a obra deve ser lida por todos os interessados na temática, porque mostra o movimento negro como o principal vetor de grandes conquistas para a população negra, além das construções educativas e humanísticas que promoveu ao decorrer de suas ações.